

**AO JUÍZO DA Xª VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E
SUCESSÕES DE XXXXX**

Processo nº XXXXXXXXX

FULANA DE TAL, representada por seu genitor **FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos da ação em epígrafe, por meio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXX**, vem, perante este Juízo, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

em face de **FULANA DE TAL**, já qualificada, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

Trata-se de ação de fixação de alimentos proposta por fulana de tal em desfavor da sua genitora fulana. Em exordial a requerente informa que a requerida auferе mensalmente um salário mínimo, e requer a fixação dos alimentos no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo. Em decisão de ID xxxx fixou os alimentos provisoriamente em 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente.

Foi realizada audiência de conciliação no dia 19 de julho de 2021, ocasião em que as partes entabularam acordo no qual a requerida prestaria alimentos à requerente no importe de a 15% (quinze por cento) do salário mínimo, conforme ata de ID xxxxxxxxxxxx

Em manifestação de ID xxxxx a parte requerente

informou ao Douto Juízo que a requerida havia ocultado informações sobre sua real capacidade financeira, razão pela qual foi solicitado a desconsideração do acordo e pleiteou-se a pesquisa em sistemas do Tribunal para averiguar a sua capacidade financeira, propondo-se acordo no valor dos alimentos em 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo.

Decisão de ID 1xxxx deferiu as pesquisas.

Em despacho de ID xxxx foi decretada a revelia da parte requerida, pois não apresentou defesa.

Pesquisas realizadas e acostadas aos autos, em especial o extrato de movimentação bancária do ano de 2021, em ID xxxxx e extrato do CNIS de ID xxxxx que apresentou o atual vínculo empregatício da requerida em xxxxx. com a última remuneração apresentada em maio de 2022 no importe de R\$ xx (xxxxxx).

Eis a síntese necessária.

Não há questões **preliminares** a serem sanadas.

No **mérito**, a presente demanda deve ser julgada integralmente **PROCEDENTE**, eis que a prova produzida nos autos é suficiente para demonstrar a necessidade da Requerente e as possibilidades da Requerida.

Conforme preceitua o artigo 1.694 do CC, os alimentos são devidos entre os parentes e a fixação tem que observar as necessidades do alimentado e as possibilidades do alimentante, vejamos:

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Na presente demanda, as necessidades da Requerente são presumidas em razão da sua tenra idade (**06 anos**).

Acerca das possibilidades da Requerida, a instrução probatória coligida nos autos demonstrou que a

genitora possui vínculo empregatício ativo com a empregadora xxxxx, auferindo renda no valor de R\$ xxx (xxxxxx), conforme extrato dos CNIS acostado em ID xxxxx.

Nesse talante, sabe-se que, em razão do poder familiar, cabe aos pais conjuntamente prover o sustento dos filhos, consoante preleciona o art. 22 do ECA e art. 229 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, na carência ou enfermidade.

Com efeito, o ônus da criação dos filhos deve ser repartido entre os seus genitores, não havendo razões para sobrecarregar o genitor quando a mãe possui também condições para tanto.

Outrossim, preleciona o Civilista Yussef Said Cahali que na determinação do *quantum* devem ser consideradas as condições sociais da pessoa que tem direito aos alimentos, a sua idade, saúde e outras circunstâncias particulares de tempo e lugar. (In Dos Alimentos, 4ª Edição, Editora dos Tribunais, pág. 726).

Por fim, impende salientar que, ao tratar do tema, o Código Civil ampliou o seu escopo de abrangência, passando os alimentos a significarem as necessidades para se viver de modo compatível com a condição social do alimentando. Significa dizer que, na mensuração, além das necessidades básicas de habitação, alimentação, vestuário e saúde, inclui-se ainda o mínimo para o lazer, o qual é essencial ao desenvolvimento regular e sadio da criança.

Ante o exposto, requer seja julgado integralmente **PROCEDENTE** o pedido, nos exatos termos em que apontado na petição inicial, para a fixação dos alimentos no valor equivalente a **25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo**.

Fulano de tal
Defensor Público

